

AXS ENERGIA UNIDADE 04 LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

AXS ENERGIA UNIDADE 04 LTDA.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Cotistas e Administradores da
AXS Energia Unidade 04 Ltda.
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AXS Energia Unidade 04 Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas financeiras materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AXS Energia Unidade 04 Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

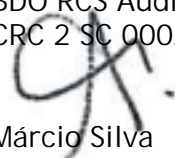


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 26 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SC 000202/F-1


Márcio Silva
Contador CRC 1 RS 078817/O-2 - S - SC

AXS ENERGIA UNIDADE 04 LTDA.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)



Ativo

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	8	6	576	479
Fundo de liquidez	4	6.176	5.218	6.176	5.218
Créditos a receber	5	-	1	1.668	1.361
Partes Relacionadas	6	100	-	-	-
Tributos a Recuperar	7	1.186	55	1.186	55
Outros ativos		186	390	185	691
Total do Circulante		7.656	5.670	9.791	7.804
Não circulante					
Imobilizado	8	213.668	206.396	213.668	206.396
Direito de uso de superfície	9	10.599	14.226	10.599	14.226
Partes Relacionadas	6	534	3.238	-	-
Outros ativos		335	415	335	415
Total do Não Circulante		225.136	224.275	224.602	221.037
Total do ativo		232.792	229.945	234.393	228.841

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivo e Patrimônio Líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	9.079	17.592	9.079	17.592
Fornecedores		118	-	320	-
Partes Relacionadas	6	2.774	2.088	1.930	710
Passivo de arrendamento	9	1.032	843	1.032	843
Outras contas a pagar		409	551	427	825
Total do Circulante		13.412	21.074	12.788	19.970
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	134.867	125.780	134.867	125.780
Partes Relacionadas	6	2.217	62.223	4.442	62.223
Passivo de arrendamento	9	10.362	13.709	10.362	13.709
Total do Não Circulante		147.446	201.712	149.671	201.712
Patrimônio Líquido					
Capital social	11	114.649	20.000	114.649	20.000
Prejuízos acumulados		(42.715)	(12.841)	(42.715)	(12.841)
		71.934	7.159	71.934	7.159
Total do passivo e patrimônio líquido		232.792	229.945	234.393	228.841

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AXS ENERGIA UNIDADE 04 LTDA.

Demonstrações do resultado

Período findo 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida	12	16.731	6.264	13.126	7.824
(-) Custo dos serviços prestados	13	(21.094)	(5.853)	(14.248)	(5.307)
Lucro bruto		(4.363)	411	(1.122)	2.517
Despesas operacionais		(499)	(1.301)	(3.763)	(1.531)
Despesas comerciais	13	-	(1.006)	(3.236)	(1.207)
Despesas gerais e administrativas	13	(498)	(295)	(526)	(324)
Outras despesas operacionais		(1)	-	(1)	-
Prejuízo operacional		(4.862)	(889)	(4.886)	986
Receitas financeiras		468	221	587	277
Despesas financeiras		(25.480)	(11.896)	(25.576)	(13.828)
Resultado financeiro	14	(25.012)	(11.675)	(24.989)	(13.551)
Prejuízo antes dos impostos		(29.874)	(12.564)	(29.874)	(12.564)
Prejuízo Líquido do Exercício		(29.874)	(12.564)	(29.874)	(12.564)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AXS ENERGIA UNIDADE 04 LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	(29.874)	(12.564)	(29.874)	(12.564)
Total do resultado abrangente do exercício	(29.874)	(12.564)	(29.874)	(12.564)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AXS ENERGIA UNIDADE 04 LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)



	Capital social		Prejuízo do período	Patrimônio líquido
	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	-	(277)	(267)
Integralização de capital	19.990	-	-	19.990
Prejuízo do período	-	-	(12.564)	(12.564)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.000	-	(12.841)	7.159
Integralização de capital	30.000	-	-	30.000
Adiantamento futuro para aumento de capital	-	64.649	-	64.649
Prejuízo do período	-	-	(29.874)	(29.874)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	50.000	64.649	(42.715)	71.934

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AXS ENERGIA UNIDADE 04 LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(29.874)	(12.564)	(29.874)	(12.564)
Itens que não afetam o caixa operacional				
Baixa de imobilizado	-	154	-	154
Baixa de intangível	3.817	-	3.817	-
Juros provisionados sobre arrendamento	1.200	5.841	1.200	5.841
Juros sobre empréstimos e financiamentos	23.322	23.679	23.322	23.679
Amortização	8.331	1.890	8.331	1.890
Amortização do ativo de direito de uso	369	273	369	273
	<u>7.165</u>	<u>19.273</u>	<u>7.165</u>	<u>19.273</u>
Aumento/(redução) das contas de ativo e passivo				
Redução/(aumento) de outras contas a receber	1	-	(307)	(1.253)
Redução/(aumento) de impostos a recuperar	(1.131)	-	(1.131)	-
Redução/(aumento) de outros ativos	284	(57)	586	(358)
Redução/(aumento) de partes relacionadas	19.906	13.262	20.061	15.067
Aumento/(redução) de fornecedores	118	-	320	-
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	-	-	-	-
Aumento/(redução) de outros passivos	(142)	287	(398)	481
	<u>19.036</u>	<u>13.492</u>	<u>19.131</u>	<u>13.937</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>26.201</u>	<u>32.765</u>	<u>26.296</u>	<u>33.210</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Fundo de liquidez	(958)	10.822	(958)	10.822
Aquisição de imobilizado	(15.603)	(24.337)	(15.603)	(24.337)
Aquisição de intangível	(3.528)	-	(3.528)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(20.089)</u>	<u>(13.515)</u>	<u>(20.089)</u>	<u>(13.515)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aporte de capital dos acionistas	30.000	19.990	30.000	19.990
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	64.649	-	64.649	-
Realização de pagamento empréstimos e financiamentos	(6.931)	(2.384)	(6.931)	(2.384)
Juros pagos s/ empréstimos	(15.816)	(15.459)	(15.816)	(15.459)
Pagamentos realizados para contratos de arrendamentos	(1.389)	(1.518)	(1.389)	(1.518)
Conversão de mútuo em capital	(76.622)	(19.990)	(76.622)	(19.990)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>(6.109)</u>	<u>(19.361)</u>	<u>(6.109)</u>	<u>(19.361)</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>2</u>	<u>(111)</u>	<u>97</u>	<u>334</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	117	479	145
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	6	576	479

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A AXS Energia Unidade 04 Ltda. (Sociedade) é uma sociedade limitada, tendo iniciado suas atividades em em 19 de maio de 2021, encontrando-se sediada no município de Florianópolis, SC, na Rua Cruz e Souza, nº 67, sala 505, e tem como objeto social a locação e a gestão de usinas de minigeração solar fotovoltaica, podendo promover a locação de máquinas e equipamentos elétricos, painéis solares, entre outros.

A Sociedade atua desenvolvendo projetos de implantação e operação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs). Uma vez construída e estabelecida a UFV, a Sociedade aluga os ativos de geração implantados nas UFVs para um Consórcio, compostos por pessoas físicas e jurídicas, consumidores de energia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade possuía 11 Usinas totalizando 25 MWac, 9 conectadas e operando através das UFVs instaladas na matriz e em suas filiais:

UFV	Localização	Mwac	Data da operação
UFV Alto Paraná I	ALTO PARANÁ/PR	2,50	abril/2024
UFV Assaí	JATAIZINHO/PR	2,00	novembro/2024
UFV Cidade Gaúcha I	CIDADE GAÚCHA/PR	2,50	abril/2024
UFV Iturama I	ITURAMA/MG	2,50	-
UFV Miguelópolis	MIGUELÓPOLIS/SP	1,00	setembro/2023
UFV Padre Paraíso I	PADRE PARAÍSO/MG	2,50	-
UFV Palotina I	PALOTINA/PR	2,50	abril/2024
UFV Pitangueiras I	PITANGUEIRAS/SP	1,50	fevereiro/2025
UFV Tangará da Serra I	TANGARA DA SERRA/MT	2,50	abril/2025
UFV Tangará da Serra II	TANGARA DA SERRA/MT	2,50	maio/2025
UFV Torrezan	ARAMINA/SP	3,00	março/2025

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorrerá na reunião de diretoria a ser realizada no dia 30 de março de 2026 e será aprovada em Assembleia do Conselho de Administração em data posterior.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.3. Base de consolidação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que a Sociedade obtém seu controle. O controle é obtido quando a Sociedade estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Sociedade controla uma Sociedade se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida.
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

A Sociedade avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle elencados acima. Eventual alteração na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) são eliminados os investimentos em Sociedades controladas, bem como os respectivos resultados das equivalências patrimoniais e (ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as Sociedades, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos, são eliminados. (iii) as informações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que da Sociedade, utilizando políticas contábeis consistentes.

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade incluem as seguintes Sociedades:

Sociedade	Tipo de operação	Tipo	31.12.2025
Consórcio AXS Energia Unidade 04	Locação de Usina Fotovoltaica	Controlada	100%

Todas as Sociedades controladas têm como atividade preponderante a locação de usina fotovoltaica para compartilhamento dos direitos econômicos da energia gerada entre os consorciados.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.5.1. Ativos financeiros

Classificação inicial

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como (i) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Sociedade para a gestão destes ativos financeiros. A Sociedade tem ativos classificados apenas nas categorias (i) e (iii).

Mensuração subsequente

A Sociedade classifica seus ativos para fins de mensuração subsequente como (i) ativos financeiros ao custo amortizado e (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

- Ativos financeiros ao custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. São inclusos neste grupo o contas a receber de clientes, outros direitos realizáveis e realizáveis a longo prazo.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- A Sociedade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Sociedade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Sociedade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Sociedade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Sociedade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Sociedade.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Sociedade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Sociedade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Sociedade reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base. A Sociedade estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

2.5.2. Passivos financeiros

Classificação inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações de arrendamento, contas a pagar a partes relacionadas, e outras obrigações a pagar.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A Sociedade não tem passivos classificados nesta categoria.
- Passivos financeiros ao custo amortizado: categoria mais relevante para a Sociedade. Após o reconhecimento inicia empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.6 Créditos a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD". Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 5.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, que inclui os custos dos empréstimos capitalizados, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 8.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado.

2.8 Custos de Empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Entidade relativos ao empréstimo.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9 Arrendamentos

A Sociedade avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Sociedade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Sociedade reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

2.9.1 Ativos de direito de uso

A Sociedade reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

2.9.2 Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, A Sociedade reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Sociedade e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir A Sociedade exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Sociedade usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento

(por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

2.9.3 Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Sociedade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor para arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.11 Provisões

As provisões para perdas com ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. Em 31 dezembro de 2025, a Sociedade não possui provisões para perdas (trabalhista, civil e tributária).

2.12 Impostos

Sobre serviços

As receitas da Sociedade estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados como deduções das receitas para fins de apresentação das receitas líquidas), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido da Sociedade, como resumido a seguir:

Tributo	Descrição	Alíquota
PIS	Programa de Integração Social	1,65%
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
ISSQN	Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (Variável)	2,00% a 5,00%

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

2. Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.12 Impostos--Continuação

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.13 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos para os clientes. A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Sociedade.

A Sociedade avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

2.14 Classificação entre circulante e não circulante

A Sociedade apresenta seus ativos e passivos no balanço patrimonial como circulante e não circulante. Um ativo é classificado como corrente quando espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade, o qual é de 12 meses. Ou ainda, que seja mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. Caixa e equivalente são considerados correntes, exceto se houver alguma vedação a seu uso em prazo inferior a 12 meses. Os demais ativos são classificados no não circulante.

Passivos são classificados no circulante quando sua liquidação deve ocorrer durante o ciclo operacional da Sociedade (12 meses), ou ainda, se a Sociedade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação por pelo menos 12 meses a partir da data do balanço.

2.15 Apresentação de valores de exercícios correspondentes

Para fins de comparabilidade, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram reclassificados para melhor comparabilidade com a apresentação adotada no exercício corrente, segregando-se os valores de tributos a recuperar de outros ativos no balanço patrimonial e reclassificação de despesas gerais e administrativas para custos dos serviços prestados na demonstração do resultado.

	Saldo anterior (Original) - 31/12/2024	Reclassificação	Saldo reclassificado - 31/12/2024	Justificativa
Ativo circulante				
Tributos a recuperar	-	55	55	Abertura para explicação em NE
Outros ativos	445	(55)	390	Abertura para explicação em NE
Total	445	-	445	Impacto neutro
	Saldo anterior (Original) - 31/12/2024	Reclassificação	Saldo reclassificado - 31/12/2024	Justificativa
Resultado				
Custos dos Serviços Prestados	(3.963)	(1.890)	(5.853)	Reclassificação da depreciação
Despesas Administrativas	(2.184)	1.890	(294)	Reclassificação da depreciação
Total	(6.147)	-	(6.147)	Impacto neutro

2. Resumo das principais políticas contábeis -- Continuação

2.16 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Sociedade aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Sociedade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) –Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

2.17 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição	Aplicável para períodos de relatórios iniciados em ou após:
IRFS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
Alterações À IFRS 9 e à IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros & Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	01/01/2026
Volume 11 - IFRS	Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS	01/01/2026

A administração da Sociedade está avaliando as referidas alterações, mas não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)

- Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Sociedade está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Sociedade são os seguintes:

- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18).

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	2	1	2	1
Aplicações financeiras (i)	6	5	574	478
	<u>8</u>	<u>6</u>	<u>576</u>	<u>479</u>

(i) As aplicações financeiras possuem liquidez imediata. São representadas por: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”); (ii) título emitidos de operações compromissadas pelas instituições financeiras de primeira linha, que rendem em média 85% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 03 (R2).

4. Fundo de Liquidez

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de Liquidez (i)	6.176	5.218	6.176	5.218
	<u>6.176</u>	<u>5.218</u>	<u>6.176</u>	<u>5.218</u>

(i) O saldo composto em Fundo de liquidez trata-se dos valores retidos em conta específica e representa o saldo de 3 vezes o valor d próxima parcela de juros e amortização da dívida e serve como uma garantia em caso na Sociedade não ter caixa para o cumprimento da obrigação pecuniária.

5. Créditos a receber

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Consorticiados - GD	1.938	1.527
Provisão para perdas de crédito	(270)	(168)
	<u>1.668</u>	<u>1.358</u>

Os montantes a receber, líquidos da provisão para perdas de crédito, configuram a exposição máxima ao risco de crédito da Sociedade. O risco de crédito das contas a receber é oriundo da possibilidade de a Sociedade não receber valores decorrentes da energia contratada pelos consorciados. A provisão de riscos de crédito foi calculada com base nas premissas do histórico de perdas e grau de recuperabilidade. A provisão para riscos de recebimento de créditos é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a abertura de vencimento dos saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Valores a vencer	1.041	782
Vencidos		
Até 30 dias	348	257
Entre 31 a 60 dias	181	162
Entre 61 a 90 dias	100	102
Entre 91 a 180 dias	266	197
Acima de 180 dias	-	28
	<u>1.938</u>	<u>1.526</u>
Provisão para perdas de crédito	<u>(270)</u>	<u>(168)</u>
	<u>1.668</u>	<u>1.357</u>

6. Transações com partes relacionadas

As operações são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Consórcio AXS Energia Unidade 04	Fatura de locação (i)	100	-	-	-
Consórcio AXS Energia Unidade 04	Reembolso de despesas	-	-	-	-
Total do ativo circulante		100	-	-	-
Não Circulante					
Consórcio AXS Energia Unidade 04	Mútuo (ii)	534	3.238	-	-
Total do ativo não circulante		534	3.238	-	-
Total do ativo		634	3.238	-	-

Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

i Saldo a receber relativo ao contrato de locação das UFVs cobradas do Consórcio.

ii Mútuo realizado entre as Sociedades para manutenção das despesas operacionais. Os montantes foram liquidados no exercício de 2025.

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Araxá Engenharia	Aquisição de Ativos (i)	(1.888)	-	(1.888)	-
Araxá Serviços	Serviços de O&M (iii)	-	(366)	-	(366)
Consórcio AXS Energia Unidade 04	Reembolso de despesas	(843)	(1.579)	-	-
AXS Armazém	Reembolso de despesas	(42)	-	(42)	-
AXS Energia	Reembolso de despesas	-	(144)	-	(344)
Total do passivo circulante		(2.774)	(2.088)	(1.930)	(710)
Não circulante					
AXS Energia	Reembolso de despesas	(2.217)	(1.881)	(4.442)	(1.881)
AXS Participações	Mútuo (ii)	-	(60.342)	-	(60.342)
Total do passivo não circulante		(2.217)	(62.223)	(4.442)	(62.223)
Total do passivo		(4.990)	(64.311)	(6.372)	(62.932)

Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

i. O valor relativo a Araxá Engenharia, subsidiária da Araxá Participações, acionista das Sociedades do Grupo AXS, refere-se à medição de serviços realizados para a construção de geradores fotovoltaicos para a construção das usinas fotovoltaicas, valores estes que serão quitadas no prazo máximo de 180 dias.

Transações ocorridas durante o exercício
Aquisições de materiais/serviços

Araxá Engenharia
429

6. Transações com partes relacionadas--Continuação

- ii. Mútuos aportados pela AXS Participações para investimento nas subsidiárias e, posteriormente, parte do valor integralizado no capital social. Possui as mesmas condições contratuais da debênture emitida, sendo corrigida mensalmente com as taxas de IPCA + 13,79% relativo ao valor da 1ª série e CDI + spread de 7,40%a.a. para a 2ª série, valores estes rateados para as controladas. O montante foi liquidado durante o exercício de 2025.

	Mútuo AXS Participações
Saldo 31 de dezembro de 2023	61.386
Captação de recursos	7.832
Juros incorridos/provisinados	11.114
Pagamento de mútuo	(19.990)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	60.342
Captação de recursos	10.196
Juros incorridos/provisinados	6.084
Pagamento de mútuo	(76.622)
	-

- iii. Montante a ser pago a Araxá Serviços, responsável pelos serviços de Operação & Manutenção das Usinas Fotovoltaicas que já se encontram em operação comercial.

	Araxá Serviços
Transações ocorridas durante o exercício	
Aquisições de materiais/serviços	2.481

6.12 Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os quatro diretores executivos e um conselho consultivo composto por cinco integrantes, é controlado diretamente na AXS Energia S.A, corresponde a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários, sendo compreendida por: (i) pró-labore ou honorário pago à diretoria e aos membros do Conselho de Administração; (ii) outros benefícios, como plano de saúde; remuneração variável, de acordo com o cumprimento de objetivos coletivos e individuais definidos pela Companhia. Ainda possui planos de remuneração em caso de rescisão e incentivos de longo prazo.

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS & COFINS	1.186	-	1.186	-
	1.186	-	1.186	-

8. Imobilizado

	Usinas Fotovoltaicas	Outros	Imobilizado em curso ¹	Total
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	24.779	34.977	148.558	208.313
Depreciação Acumulada	(646)	(1.271)	-	(1.917)
Valor líquido contábil	24.133	33.706	148.558	206.396

Em 31 de dezembro de 2025				
Custo	135.184	35.467	75.246	245.897
Depreciação Acumulada	(8.961)	(1.287)	-	(10.248)
Valor líquido contábil	126.223	34.180	75.246	235.649

¹refere-se às UFVs que ainda estão no período de construção, ou seja, em fase pré-operacional.

Em milhares de reais

8. Imobilizado--Continuação

	Controladora e Consolidado						valor líquido em
	Taxa	Valor líquido em	Adição	Baixa	Reclassificação	Depreciação	
		31.12.2024					31.12.2025
Em serviço							
Móveis E Utensílios	10,00%	-	42	-	-	(2)	40
Máquinas e equipamentos - Gerais	10,00%	-	448	-	(21.981)	(14)	(21.547)
Imobilizado Concluído (Usina Fotovoltaica)	3,33% a 10%	57.838	3.230	-	107.176	(8.315)	159.929
Em curso							
Máquinas e equipamentos - Gerais		-	25	-	21.981	-	22.006
Máquinas e equipamentos - Usina fotovoltaica		148.558	11.859	-	(107.176)	-	53.241
Total		206.396	15.603	-	206.396	(8.331)	213.668

	Controladora e Consolidado						valor líquido em
	Taxa	Valor líquido em	Adição	Baixa	Reclassificação	Depreciação	
		31.12.2023					31.12.2024
Em serviço							
Imobilizado Concluído (Usina Fotovoltaica)	3,33% a 10%	80.388	5.799	(104)	24.045	(1.891)	108.237
Em curso							
Máquinas e equipamentos - Usina fotovoltaica		103.716	18.538	(50)	(24.045)	-	98.159
Total		184.104	24.337	(154)	-	(1.891)	206.396

A Sociedade avaliou a recuperabilidade dos ativos e, de acordo com as premissas expostas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não encontrou evidências de desvalorização e nos bens do ativo imobilizado.

9. Arrendamentos

Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A amortização é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2025 a Sociedade possui 6 contratos (6 em 2024) de locação de terras para construção e operação das usinas fotovoltaicas, os quais foram classificados como arrendamento mercantil.

A taxa média de captação do período de cada contrato foi utilizada como taxa de desconto. Tal método gerou a taxa média aproximada de 10,50% a.a

9.1 Direito de Uso

A Sociedade detém contratos de arrendamento de ativos dos terrenos onde se localizam a construção das Usinas Fotovoltaicas. O prazo médio de arrendamento é de trinta anos e pode ser prorrogado a qualquer momento.

	Direito de uso
Saldo 31 de dezembro de 2023	5.874
Remensuração de ativos	8.625
Amortização	(273)
Saldo 31 de dezembro de 2024	14.226
Baixa ¹	(3.817)
Amortização	(369)
Remensuração de ativos	559
Saldo 31 de dezembro de 2025	10.599

¹refere-se a redução de contrato de arrendamento - Padre Paraíso I

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos.

9. Arrendamentos--Continuação

9.2 Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa média de empréstimo da Sociedade. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Passivo de arrendamento
Saldo 31 de dezembro de 2023	5.874
Remensuração de ativos	8.685
Juros incorridos	1.511
Contraprestação paga	(1.518)
Saldo 31 de dezembro de 2024	14.552
Baixa¹	(3.817)
Juros incorridos	1.200
Contraprestação paga	(1.389)
Remensuração de passivos	848
Saldo 31 de dezembro de 2025	11.394

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa média de empréstimo da Sociedade. Os saldos têm vencimento conforme segue:

	31/12/2025
Vencimento em 1 ano	1.032
Vencimento entre 1 e 2 anos	1.074
Vencimento entre 2 e 3 anos	1.117
Vencimento acima de 3 anos	8.171
	11.394
Passivo circulante	1.032
Passivo não circulante	10.362

10. Financiamentos e debêntures

As contas de empréstimos e financiamentos são compostas pelas operações financeiras individualizadas, com as respectivas taxas, encargos, valores e demais dados, conforme demonstrado a seguir:

	Encargos	Data de captação	Vencimento	Valor Captado	31/12/2025	31/12/2024
CRI - Emissão AXS 04	IPCA + 11%	29/12/2022	15/06/2037	144.000	150.262	150.364
(-) Custos transação					(6.315)	(6.993)
Total OPEA					143.946	143.372
Passivo circulante					9.079	17.592
Passivo não circulante					134.867	125.780

Em milhares de reais

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo 31 de dezembro de 2023	137.537
Pagamento de principal	(1.790)
Pagamento de juros e encargos	(15.459)
Amortização custos de transação	(595)
Juros Incorridos/provisionados	23.679
Saldo 31 de dezembro de 2024	143.372
Pagamento de principal	(6.931)
Pagamento de juros e encargos	(15.816)
Juros Incorridos/provisionados	23.321
Saldo 31 de dezembro de 2025	143.946
	Consolidado
Vencimento em 1 ano	9.079
Vencimento entre 1 e 2 anos	9.959
Vencimento entre 2 e 3 anos	10.362
Vencimento acima de 3 anos	114.546
	143.946

Cláusulas restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas Sociedades do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas, sendo os principais: (i) ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida); (ii) caixa mínimo.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração do Grupo não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por alienação fiduciária de quotas, imóvel, máquinas, e cessão fiduciária de direitos creditórios.

11. Patrimônio Líquido

11.1 Capital social

O capital social da Sociedade era de R\$ R\$ 20.000, dividido em 8.000 ações ordinárias integralizadas em moeda corrente nacional, pertencentes exclusivamente a AXS Energia S/A.

Em dezembro de 2025 foi decidido em ata de AGE pelo aumento do capital social no valor de R\$ 30.000, aumentando o capital social da Sociedade para R\$50.000, dividido em 20.000 ações ordinárias integralizadas em moeda corrente nacional.

A totalidade das quotas representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Sociedade, de titularidade da AXS Energia S.A., bem como todos os direitos e prerrogativas delas decorrentes, encontram-se alienadas fiduciariamente em favor da Opea Securitizadora S.A.

11.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em dezembro de 2025, a Sociedade recebeu aportes de seus acionistas a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R\$ 64.649. Referidos recursos possuem caráter irrevogável e serão destinados à capitalização da sociedade, sem previsão de devolução, sendo classificados no Patrimônio Líquido conforme as normas contábeis vigentes.

12. Receita líquida

Abaixo a apresentação das receitas de acordo com CPC 47 – “Receita de Contrato” com cliente, desagregadas de acordo com o tipo de contrato.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta				
Receita de locação (i)	18.442	6.902	-	-
Receita de geração distribuída	-	-	15.713	8.462
Total da receita operacional bruta	18.442	6.902	15.713	8.462
Deduções da receita operacional				
PIS	(305)	(113)	(306)	(113)
COFINS	(1.406)	(526)	(1.405)	(526)
Descontos incondicionais	-	-	(48)	-
Cancelamentos	-	-	(828)	-
Total das deduções sobre a receita	(1.711)	(639)	(2.587)	(639)
Receita operacional líquida	16.731	6.263	13.126	7.823

- (i) A receita locação apresentada na controladora corresponde à locação da estrutura de geração de energia solar para as controladas da Sociedade, por meio dos consórcios, que passam a deter o direito econômico de exploração da estrutura, cuja receita é integralmente eliminada no consolidado, uma vez que são transações com partes relacionadas.

13. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos dos serviços prestados	(21.095)	(5.853)	(14.249)	(5.307)
Despesas comerciais	-	(1.006)	(3.236)	(1.207)
Despesas gerais e administrativas	(498)	(293)	(526)	(322)
	(21.593)	(7.153)	(18.011)	(6.837)
Locação	(10.993)	(2.463)	-	-
Depreciação e amortização	(8.331)	(1.890)	(8.331)	(1.890)
Encargos de uso da rede elétrica	(6)	(2)	(4.153)	(1.919)
Comissão sobre vendas	-	(1.006)	(2.475)	(1.006)
Despesas com perda de receita	-	-	(761)	(201)
Serviços de O&M	(4.257)	(1.694)	(4.257)	(1.694)
Despesas de seguro das usinas	(297)	(328)	(297)	(328)
Amortização do direito de uso	(369)	(273)	(369)	(273)
Crédito de PIS e COFINS	2.790	524	2.790	524
Outros	(129)	(21)	(158)	(50)
	(21.593)	(7.153)	(18.011)	(6.837)

14. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos Aplicações Financeiras	462	221	466	277
Juros s/ Recebimento de Clientes	0	-	115	-
Outras receitas financeiras	6	-	6	-
Total das receitas financeiras	<u>468</u>	<u>221</u>	<u>587</u>	<u>277</u>
Despesas financeiras				
Correção monetária s/ empréstimos e financiamentos	(5.315)	(4.982)	(5.315)	(6.652)
Juros empréstimos e financiamentos	(11.617)	(5.621)	(11.617)	(5.829)
Juros Passivos - Debênture AXS PAR	(3.830)	-	(3.830)	-
Juros sobre arrendamentos	(1.200)	(728)	(1.200)	(728)
Despesas com transação de empréstimos	(2.603)	(451)	(2.603)	(451)
Despesas bancárias	(107)	(114)	(200)	(168)
Juros e multas	(63)	-	(64)	-
Serviços Financeiros p/ Estruturação da Operação	(648)	-	(648)	-
Outras despesas financeiras	(97)	-	(99)	-
Total das despesas financeiras	<u>(25.480)</u>	<u>(11.896)</u>	<u>(25.576)</u>	<u>(13.828)</u>
Resultado financeiro	<u>(25.011)</u>	<u>(11.675)</u>	<u>(24.989)</u>	<u>(13.551)</u>

15. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Sociedade e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras de Controladora.

A Sociedade e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, e mútuos com partes relacionadas.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Sociedade, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Sociedade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

15.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Sociedade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade.

A gestão de risco é realizada pela administração da Sociedade. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros, bem como estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Sociedade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de mercado

Risco cambial

A Sociedade não apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira, porém está exposta ao risco cambial indiretamente pelo efeito no custo de aquisição na construção das usinas.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes/consorciados, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

15.1 Fatores de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Sociedade e agregada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Sociedade não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. O fluxo por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento e está sendo demonstrado nas respectivas notas explicativas de cada rubrica.

Controladora					
31/12/2025					
	Até um ano	De um a dois anos	Entre dois e três anos	Acima de 3 anos	Total
Fornecedores	118	-	-	-	118
Empréstimos e financiamentos	9.079	9.959	10.362	114.546	143.946
Partes relacionadas	2.774	-	-	2.217	4.991
Passivo de arrendamento	1.032	1.074	1.117	8.171	11.394
	13.003	11.032	11.479	124.934	160.449

Controladora					
31/12/2024					
	Até um ano	De um a dois anos	Entre dois e três anos	Acima de 3 anos	Total
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	17.592	18.384	19.211	88.185	143.372
Partes relacionadas	2.088	-	-	62.223	64.311
Passivo de arrendamento	843	881	921	11.907	14.552
	20.523	19.265	20.131	162.316	222.235

Consolidado					
31/12/2025					
	Até um ano	De um a dois anos	Entre dois e três anos	Acima de 3 anos	Total
Fornecedores	320	-	-	-	320
Empréstimos e financiamentos	9.079	9.959	10.362	114.546	143.946
Partes relacionadas	1.930	-	-	4.442	6.372
Passivo de arrendamento	1.032	1.074	1.117	8.171	11.394
	12.361	11.032	11.479	127.159	162.032

Consolidado					
31/12/2024					
	Até um ano	De um a dois anos	Entre dois e três anos	Acima de 3 anos	Total
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	17.592	18.384	19.211	88.185	143.372
Partes relacionadas	710	-	-	62.223	62.933
Passivo de arrendamento	843	881	921	11.907	14.552
	19.145	19.265	20.131	162.316	220.857

15.1 Fatores de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos.

Com base no boletim FOCUS de dezembro de 2025 foi extraído a projeção do indexador IPCA para o ano de 2026 e este definido como cenário provável, a partir deste calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta.

Em 31 de dezembro de 2025:

	Consolidado						
	Risco	Consolidado	Queda 50%	Queda 25%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos e financiamentos	IPCA	143.946	2.915	4.372	5.830	7.287	8.745
Indexador	IPCA		2,03	3,04	4,05	5,06	6,08

16. Seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, levando em consideração a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2025, as principais coberturas vigentes são as seguintes:

17. Eventos subsequentes

Todas as Usinas já foram construídas e apenas duas usinas aguardam a finalização da Obra de Rede de Média Tensão por parte da Distribuidora, e a previsão de entrada em operação comercial está descrita, conforme tabela abaixo:

UFV	Localização	Mwac	Conexão prevista
UFV Padre Paraíso I	PADRE PARAISO/MG	2,50	10/04/2026
UFV Iturama I	ITURAMA/MG	2,50	29/05/2026